



CURSO DE PSICOLOGIA

YVANA COUTINHO DE OLIVEIRA

**PARENTALIDADE E SAÚDE MENTAL INFANTIL:
REVISÃO NARRATIVA**

FORTALEZA

2023

YVANA COUTINHO DE OLIVEIRA

**PARENTALIDADE E SAÚDE MENTAL INFANTIL:
REVISÃO NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Christus, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Alexandre Iorio Ferreira

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Centro Universitário Christus - Unichristus
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do
Centro Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48p Oliveira, Yvana.
Parentalidade e saúde mental: revisão narrativa / Yvana Oliveira. -
2023.
32 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro
Universitário Christus - Unichristus, Curso de Psicologia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Antônio Alexandre Iorio Ferreira.

1. Parentalidade. 2. Saúde Mental Infantil. 4. Psicanálise. I. Título.

CDD 150

YVANA COUTINHO DE OLIVEIRA

**PARENTALIDADE E SAÚDE MENTAL INFANTIL:
REVISÃO NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Christus, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Alexandre Iorio Ferreira

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Alexandre Iorio Ferreira - Centro Universitário Christus
(UNICHRISTUS)

Prof^a. Dra. Nathássia Matias de Medeiros - Centro Universitário Christus
(UNICHRISTUS)

Prof. Dr. Luis Fernando de Souza Benício - Centro Universitário Christus
(UNICHRISTUS)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, por terem exercido tão intensamente, a parentalidade;

Às minhas irmãs **Samya** e **Hilda**, por juntas, termos vivenciado todo o cuidado parental de nossos pais;

Aos meus sobrinhos, **Marjorie** e **Pedro Felipe**, que me permitiram viver e exercitar as funções parentais.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela presença constante que dá sentido a minha existência;

Ao **Centro Universitário Christus**, que possibilitou a acolhida para uma caminhada profícua;

Aos **professores do Curso de Psicologia**, pela socialização do conhecimento e superação de tantos desafios;

Ao **Prof. Dr. Antônio Alexandre Iorio Ferreira**, meu orientador, pelo saber compartilhado e condução tranquila do processo de aprendizagem, já no final dessa jornada;

Aos **colegas de Curso**, pela convivência afetuosa;

Aos **pacientes do Serviço Especializado de Psicologia Aplicada - SEPA**, pela confiança das suas dores mais ingentes.

RESUMO

O termo parentalidade compreendido no sentido de função parental e a saúde mental infantil é o tema do presente estudo. Nos tempos atuais, a temática está atravessada por configurações de famílias diversas, onde convivemos com novos modelos familiares: monoparentais, homoparentais, filiações adotivas, dentre outros. A definição da parentalidade engloba a ação do papel de pai ou mãe ao promover o cuidado, prover o alimento e dar proteção ao filho, realizada pelos pais biológicos ou substitutos através do exercício da autoridade e da resposta comportamental, constante, enfática e apropriada, às necessidades da criança, favorecendo a estruturação psíquica do(s) filho(s) e alicerçando o seu desenvolvimento emocional, cognitivo e social. Neste sentido, a investigação parte da seguinte questão norteadora: de que forma poderia a parentalidade repercutir na saúde mental da criança? O objetivo geral foi compreender a relação entre parentalidade e saúde mental infantil. A metodologia escolhida foi a revisão narrativa, que se baseou na literatura científica nacional e internacional dos últimos cinco anos e, também se utilizou de livros com aportes teóricos da Psicanálise, sendo o Portal da Pesquisa da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, o instrumento de busca. A revisão da literatura versou sobre a contextualização sócio-histórica da criança; o conceito da parentalidade; as intervenções da Psicanálise. A análise das explicações e reflexões se deu na forma de eixos condutores advindos de interpretações da literatura e das impressões dos autores. Os resultados apontaram que os papéis parentais incluem a facilitação de uma satisfatória vivência edípica e de sua resolutividade. Reconhecem a criança como depositária de um mandato transgeracional e que a maturidade emocional e sua inserção adequada na vida social dependem do acertado cuidado parental. Espera-se que os pais possam ser capazes de propiciar afetos estruturantes nos filhos, que repercutirão em existências mais plenas, contribuindo assim, para inserí-los na ordem humana e na cultura.

Palavras-chave: Parentalidade. Saúde Mental Infantil. Psicanálise.

ABSTRACT

The term parenthood understood in the sense of parental function and child mental health is the theme of the present study. In current times, the theme is crossed by configurations of diverse families, where we live with new family models: single-parent, homoparental, adoptive affiliations, among others. The definition of parenthood encompasses the action of the role of father or mother by promoting care, providing food and giving protection to the child, carried out by the biological or substitute parents through the exercise of authority and the constant, emphatic and appropriate behavioral response to the needs of the child, favoring the psychic structuring of the child (ren) and underpinning their emotional development, cognitive and social. In this sense, the investigation starts from the following guiding question: how could parenting have repercussions on the child's mental health? The overall objective was to understand the relationship between parenting and child mental health. The methodology chosen was the narrative review, which was based on the national and international scientific literature of the last five years and also used books with theoretical contributions of Psychoanalysis, being the Research Portal of the Virtual Health Library - VHL, the search instrument. The literature review dealt with the socio-historical contextualization of the child; the concept of parenting; the interventions of Psychoanalysis. The analysis of the explanations and reflections took place in the form of guiding axes arising from interpretations of the literature and the authors' impressions. The results showed that parental roles include the facilitation of a satisfactory oedipal experience and its problem-solving capacity. They recognize the child as the depositary of a transgenerational mandate and that emotional maturity and their adequate insertion in social life depend on the correct parental care. It is hoped that parents may be able to provide structuring affections in their children, which will have repercussions on fuller existences, thus contributing to insert them into the human order and culture.

Keywords: Parenting. Childhood Mental Health. Psychoanalysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 METODOLOGIA.....	13
3 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOHISTÓRICA DA CRIANÇA.....	15
4 O CONCEITO DA PARENTALIDADE COM BASE NO REFERENCIAL PSICANALÍTICO.....	17
5 INTERVENÇÕES DA PSICANÁLISE.....	22
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	25
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

A noção de parentalidade, concernente à incumbência parental, é um termo relativamente inédito, pois assoma na literatura psicanalítica francesa na década de 60 para marcar a dimensão de processo e de construção da relação dos pais com os filhos (ZORNING, 2010).

Nos tempos atuais, a temática está atravessada por configurações de famílias diversas, que cada vez mais se afastam de fundamentações biológicas, considerando o dinâmico processo social que favorece a desconstrução de estruturas já naturalizadas e, faz surgir novos modelos familiares: homoparentalidade, monoparentalidade, relações filiais adotivas (VILHENA ET AL, 2011).

No entanto, a função parental, permanece como tarefa fundamental dos pais no cuidado integral à criança, com o intuito de atender as suas necessidades físicas e emocionais, com o fim primordial de prepará-la para se inserir nos vários contextos sociais nos quais demandas complexas podem surgir (OLIVEIRA, 2018).

A temática da parentalidade está presente no cotidiano clínico em que atuo como terapeuta ocupacional e psicopedagoga, num serviço ambulatorial pediátrico de um hospital público da Rede de Atenção à Saúde da Secretaria da Saúde do Ceará. A escuta ativa com estes sujeitos, durante mais de uma década de trabalho e a intenção de melhor compreender suas demandas/queixas, levaram-me a cursar Psicologia.

Dessa forma, o interesse pelo estudo configurou-se a partir desta prática profissional, em atendimentos realizados com as figuras parentais e com as crianças, onde pressupomos que a queixa sintoma trazida parece ser reativa à dificuldade destes progenitores, independente da configuração familiar existente, em exercerem adequadas e saudáveis funções de suporte parental.

Os constructos teóricos da Psicologia possibilitaram a compreensão dos fenômenos humanos que se apresentaram na clínica do referido ambulatório e, puderam ser sistematizados num trabalho de pesquisa, como parte dos requisitos exigidos para a graduação. Por isso, a revisão de literatura do presente estudo, estruturado como de base qualitativa e alicerçado com os referenciais da Psicanálise.

O termo parentalidade (ação do papel de pai ou mãe ao promover o cuidado, prover o alimento e dar proteção ao filho, realizada pelos pais biológicos ou substitutos através do exercício da autoridade e da resposta comportamental, constante, enfática e apropriada, às necessidades da criança) compreendido no sentido de função parental, se configurado em termos amorosos e saudáveis, favorecerá a estruturação psíquica do(s) filho(s), alicerçando o desenvolvimento emocional, cognitivo e social destes (TAPERMAN ET AL, 2022).

Na mesma linha de pensamento, defendemos um ambiente adequado para o desenvolvimento saudável das crianças, com cuidadores que garantam a saúde, a nutrição, a proteção e que ofereçam oportunidades de aprendizado e estimulação por meio de interações responsivas.

Começamos a questionar se as frágeis configurações vinculares dos pais com a criança influenciariam no surgimento da psicopatologia e quais seriam as consequências de uma parentalidade de risco (no sentido de probabilidade), quando identificamos a grande incidência de pais usuários de substâncias psicoativas, portadores de tipologias de adoecimento psíquico, violentos ou mesmo ausentes do ponto de vista afetivo/parental, na saúde mental de crianças?

Deste modo, em contextos familiares em que estão inseridas as várias formas de vulnerabilidade (também evocando às condições de pobreza extrema) e de eventos ameaçadores à vida, como abandono, negligência, violência física, experiências sexuais forçadas ou inapropriadas para a condição ou idade, a parentalidade não se ajusta como estruturante para o psiquismo da criança, tornando-se fator de adoecimento psíquico nestes sujeitos.

Considerando esta problemática e na perspectiva de investigar a temática parentalidade e saúde mental infantil, apresentamos a seguinte questão norteadora para este estudo: de que forma poderia a parentalidade repercutir na saúde mental da criança?

A investigação referente à questão de pesquisa possibilitou o levantamento de constructos teóricos sobre o tema utilizando a metodologia qualitativa e a técnica da revisão narrativa.

A relevância científica e social deste estudo é estabelecida pelos seguintes aspectos: (1) Para os sujeitos progenitores, pela possibilidade de ajudá-los a compreender as dificuldades no exercício das funções parentais, com repercussões na

saúde mental dos filhos; (2) Para os profissionais da saúde, pela agregação de nova abordagem que favoreça a amplitude do olhar clínico humano; (3) Para profissionais e estudantes de outras áreas, por gerar reflexão e maior/melhor compreensão sobre a importância da função parental como proteção ou risco à saúde mental dos filhos; (4) Para o Sistema Único de Saúde (SUS), pelo incentivo ao desafio de fortalecer ações mais humanizadas no âmbito de trabalho e; (5) Para a sociedade, no sentido de divulgar pesquisas, publicações e tecnologias leves ou de relações, mais adequadas e acessíveis, que possam propiciar ações educativas para os pais, famílias e população em geral.

Esta investigação pretendeu também favorecer o surgimento de inéditas e férteis reflexões e práticas profissionais da Psicologia e/ou multidisciplinares. O conhecimento científico, afinal, é um compromisso que busca mediar vidas humanas mais exitosas, o que produz uma ética própria ao saber em sua vinculação com a transformação dessa realidade.

Desta forma, o objetivo geral desse estudo foi compreender a relação entre parentalidade e saúde mental infantil, tendo como objetivos específicos: apresentar a contextualização sócio-histórica da criança; descrever o conceito da parentalidade com base no referencial psicanalítico; analisar as intervenções da Psicanálise com foco na temática investigada.

2 METODOLOGIA

A metodologia do estudo foi a revisão narrativa, que é uma síntese da literatura sobre um dado tema, em geral realizada de maneira não-sistemática; a conclusão pode refletir o estado da arte sobre o assunto ou a opinião do autor sobre a matéria (PEREIRA, 2011).

Scorsolini-Comin (2021), assegura que estudos de revisão de literatura científica são importantes para que se possa sistematizar a produção já consolidada a respeito do assunto selecionado, bem como para delimitar lacunas que deverão ser preenchidas a partir de novas pesquisas.

Considerando o tema pesquisado, utilizamos textos de base qualitativa e/ou compreensiva/interpretativa, pois de acordo com Turato (2003), são adequados à análise da temática estudada. O enfoque qualitativo facilita a compreensão da complexa realidade dos indivíduos e da sociedade em que os fenômenos se manifestam, tendo a pesquisa a função de apreensão e interpretação da relação de significações de fenômenos e problemas humanos. Sabe-se, entretanto, que os resultados desse tipo de investigação, não são generalizáveis, e que, conceitos e pressupostos podem ser revistos para confrontação pelo leitor-consumidor em outros settings.

O Portal de Pesquisa da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, através da busca por Descritor de Assunto – MeSH/DeCS em Ciências da Saúde, foi o instrumento utilizado. Os descritores parentalidade, saúde mental infantil e psicanálise possibilitaram delimitar o assunto dos documentos indexados nas bases de dados de saúde como MEDLINE, LILACS e INDEX PSICOLOGIA/PERIÓDICOS.

Um quantitativo de 141 artigos foram identificados no Portal de Pesquisa após a busca com os termos parentalidade e saúde mental infantil. O período das publicações abrangeu os últimos cinco anos e, os artigos foram selecionados e analisados conforme os critérios de inclusão: enfoque de referencial psicanalítico na temática investigada, ou seja, a relação entre parentalidade e saúde mental de crianças; publicação nos idiomas português, inglês e espanhol; pesquisas que contemplaram os objetivos do estudo; artigos disponibilizados na íntegra.

Os filtros foram imprescindíveis para delimitar os critérios de inclusão e determinar a seleção de oito (08) artigos científicos. Neste enquadre, a investigação retratou uma reflexão teórica embasada na literatura científica nacional e internacional

atinente ao tema, também utilizando referências bibliográficas de autores da Psicanálise. A apresentação das explicações e reflexões tecidas se deu na forma de eixos condutores advindos de interpretações da literatura e das impressões dos autores.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOHISTÓRICA DA CRIANÇA

Até o século XVIII, pouco se reconhecia a infância, sendo a criança considerada um adulto em miniatura, desconsiderada como um ser merecedor de cuidados especiais.

Segundo Ariés (2019), não havia um sentimento de infância e a família não exercia uma função afetiva. A criança era algo divertido, mas pouco importante. De acordo com Costa (2010), o termo *infans* ou infante, já conhecido desde a Idade Média, faz referência aquele que não fala e, é um conceito que vai se modificar no decorrer do tempo de acordo com parâmetros ideológicos.

Historicizando as idades da vida ou idades do homem, Ariés (2019, p. 09) revela-nos uma iconografia que permanece inalterada até o século XVIII:

Primeiro, a idade dos brinquedos: as crianças brincam com um cavalo de pau, uma boneca, um pequeno moinho ou pássaros amarrados. Depois, a idade da escola: os meninos, aprendem a ler ou seguram um livro e um estojo; as meninas aprendem a fiar. Em seguida, as idades do amor ou dos esportes da corte e da cavalaria: festas, passeios de rapazes e moças, corte de amor, as bodas ou a caçada do mês de maio e dos calendários. Em seguida, as idades da guerra e da cavalaria: um homem armado. Finalmente, as idades sedentárias, dos homens da lei, da ciência ou do estudo: o velho sábio barbudo vestido segundo a moda antiga, diante de sua escrivaninha, perto da lareira. As idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais [...].

Até o século XVIII, a adolescência era confundida com a infância e na vida cotidiana as crianças estavam misturadas com os adultos. Somente no final do século XIX, surgiu uma tendência de separação do mundo das crianças do mundo dos adultos, anunciando um sentimento moderno que caracterizaria a infância, como a concebemos até os dias de hoje.

No Brasil, como ressaltam Priore et al (1999), as crianças têm uma história repleta de atrocidades. A família aristocrática não valorizava a privacidade e os cuidados maternos, sendo comum a criança ser cuidada por parentes e/ou escravos. Os pais não construíam relações de apego com seus filhos, porque poucos sobreviviam. Ainda bem pequenas, as crianças aprendiam a tomar conta de si mesmas, sendo hostilizadas por representarem a concupiscência dos pais (OLIVEIRA, 2016).

Escravas que davam à luz e, também outras mães de famílias menos abastadas, para livrarem os filhos das condições deploráveis de existência, entregavam as crianças para padrinhos considerados influentes ou colocavam seus bebês na roda de expostos. Aborto, suicídio ou infanticídio eram práticas comuns do cotidiano das mulheres negras na sociedade escravocrata.

Prática bastante estimulada pela Igreja para minimizar o abandono e a negligência com crianças foi a roda dos expostos nas Santas Casas de Misericórdia, onde crianças rejeitadas pelas mães, por qualquer motivo, podiam ser deixadas para serem cuidadas por religiosos ou pessoas da sociedade que faziam a “caridade” de recolhê-las.

Apesar de serem acolhidas e alimentadas com amas de leite, a maioria dessas crianças morria antes de completar um ano de vida. As crianças que sobreviviam, adotadas ou não, eram introduzidas muito cedo no mundo dos adultos. Aprendiam ofícios de carpintaria, marcenaria, forças armadas. Trabalhavam como ajudantes nas casas das famílias que as adotavam e, no caso das meninas, eram encaminhadas precocemente para o casamento ou, na pior das hipóteses, para a prostituição (MARTINS FILHO, 2012).

O advento da industrialização fez surgir a família de classe trabalhadora ou operária. No lar proletário, vivenciando péssimas condições econômicas e altos índices de natalidade e mortalidade, toda a família necessitava trabalhar, inclusive as crianças, que não tinham tempo para brincadeiras.

Trabalhando em fábricas em excessivas jornadas laborais, fatigadas, anêmicas e tuberculosas, vitimadas por acidentes que resultavam em mutilações ou morte, homens, mulheres e crianças denunciavam a degeneração física e moral da vida do operariado, sendo as crianças também submetidas a maus-tratos físicos e abusos sexuais (OLIVEIRA, 2016).

O historiador Freyre (1992), relata que crianças de 7 a 10 anos tinham semblante triste e eram tratadas como seres inferiores. Sua educação reduzia-se a função de lhes destituir toda a espontaneidade.

Oliveira (2016), vai referir que a família brasileira atual, da qual faz parte a criança, em especial a que compõe o estrato social de condições socioeconômicas mais precárias, que se configura a maioria da população, continua então, sofrendo as

influências de um modelo político que a pretere como cidadã, ignora seus caracteres de subjetividade e embota suas possibilidades como sujeitos históricos.

4 O CONCEITO DA PARENTALIDADE COM BASE NO REFERENCIAL PSICANALÍTICO

Parentalidade é um termo fundamentado pelo referencial psicanalítico e, que diz respeito à construção do processo de tornar-se pai e tornar-se mãe. Sua origem está no desejo desses pais de terem um filho, momento em que reatualizam as fantasias a respeito da própria infância e do cuidado parental que tiveram, resultando em impactantes mudanças na identidade dos genitores (neoformação psíquica) e, favorecendo revivências de relações objetais parentais primárias (PICCININI; ALVARENGA, 2012).

Stern (1997) revela que as representações parentais sobre o bebê começam bem antes do nascimento, como podemos intuir nas brincadeiras das crianças com bonecas e nas fantasias das adolescentes.

Estas representações dos pais sobre o bebê e sobre eles mesmos como pais estabelecem a natureza dos vínculos entre pais e filhos: fantasias, medos, sonhos, lembranças da própria infância, profecias sobre o futuro do bebê (PICCININI; ALVARENGA, 2012).

Golse (2002) descreve quatro tipos de representações parentais sobre o filho: a criança fantasmática, relacionada à criança que os pais separadamente tem em mente a partir de sua própria história; a criança imaginária como uma representação menos inconsciente que pertence ao casal, como traços imaginados, sexo, etc.; a criança narcísica ligada à representação dos ideais parentais; e a criança mítica ou cultural, em que se projetam as representações coletivas de uma determinada sociedade em um dado momento histórico.

Estas representações influenciam os diferentes tipos de interação que ocorrem entre a criança e seus cuidadores, podendo facilitar a instauração de vínculos afetivos seguros ou dificultar seu processo.

Dessa forma, para que um bebê sobreviva física e psiquicamente é necessário inscrevê-lo numa história familiar e transgeracional. Resgatamos Roudinesco (2003) quando distingue três grandes períodos na evolução da família. A família tradicional

submetida a uma autoridade patriarcal e tendo como objetivo a transmissão do patrimônio. No século XVIII e XX, a família moderna surge fundada no amor romântico e na reciprocidade afetiva, na qual o filho aparece como responsabilidade dos pais e Estado. A pós-moderna, que a partir da década de 1960, define família como uma relação entre dois indivíduos que buscam relações íntimas ou realização sexual.

Apesar de observarmos mudanças impactantes na estruturação familiar, a família contemporânea em sua dimensão horizontal e em redes não só se mantém como estrutura organizadora e segura para seus membros, como se constitui num espaço fundamental para a troca afetiva e a transmissão simbólica. (ROUDINESCO, 2003).

No entanto, a dimensão ascendente da transmissão (filhos-pai) é igualmente fundamental, pois só o reconhecimento do filho em sua diferença permite aos pais construir uma relação com a marca do novo, indo além das repetições do passado e permitindo uma retificação de sua história infantil (ZORNING, 2009).

Freud ([1924] 1976), refere que os sentimentos de amor em relação ao bebê e a valorização afetiva do filho é um retorno ao narcisismo perdido desses progenitores, ocupando a criança, no psiquismo desses pais uma função reparadora. O psicanalista valoriza o lugar que a criança ocupa no psiquismo parental, no sentido de suturar as feridas narcísicas seus próprios pais, momento este, em que surgem no cenário psíquico aspectos do narcisismo de cada um dos pais, assim como suas lembranças e fantasias sobre suas relações objetais primárias.

Este autor também argumentará que o lugar designado a um filho, no caso da mulher, é resultado de um complicado processo de resolução edípica, abandono da posição fálica e aceitação da castração materna, que possibilitaria o acesso ao pai e o desejo de possuir o pênis do pai ou algo que o represente. O filho representaria o desejo da mãe de ter um pênis (equação simbólica: bebê = falo).

Ainda com base no pensamento freudiano, nos homens, a paternidade também partirá da identificação edípica ao modelo paterno e reativação de uma relação primordial com a mãe. A ameaça de castração impulsiona o menino a uma resolução dos conflitos edípicos, identificando-se aos atributos paternos e, renunciando ao desejo de tomar o seu lugar. Esta triangulação relacional permite ao homem, aceder à paternidade no futuro, abrindo espaço para o bebê e a relação deste com o mundo.

Assim, a função paterna, mediadora da relação mãe-bebê, auxiliaria a mãe no reconhecimento do bebê enquanto sujeito e alteridade.

Pais, mães ou outras pessoas que exerçam as funções parentais estão implicados na subjetividade da criança e no seu desabrochar especificamente humano. No caso da mãe, as ausências ou faltas desta, propiciam o acesso aos desejos. No caso do pai, as funções paternas se concretizam na vetorização da encarnação da Lei, que nomeia a criança com o nome-do-pai, define-a como não sendo para a mãe e, sim, para a continuidade da família, da cultura, da civilização.

Roudinesco (2003), descreve que a infância se constitui a partir dos vários contextos históricos e tipologias de famílias. Nos dias atuais, independente da configuração de família existente, a qualidade da relação parental ainda permanece como fator de proteção dos filhos.

Desde antes do nascimento, o bebê já irá apresentar qualidades e competências que lhe permitirão interagir com seu entorno e engajar-se em interações afetivas com seus cuidadores. Nesta relação triádica, o bebê passa a ser ativo e, não somente, reativo. Um ambiente afetivo e pais com uma adaptação sensível às necessidades do infante são fatores imprescindíveis para o desenvolvimento e a constituição de um psiquismo saudável (WINNICOTT, 1990; VIEIRA, 2020).

Nas famílias modernas e pós-modernas, as complexas questões sobre uma infância desprotegida (em parte por causa dos pais!), marginalizada e destituída ainda de seus direitos, emergem e passam a ser objeto de preocupação (PRIORE, 1999).

Zorning (2010) lembra que o declínio da função paterna (devido às mudanças ocorridas na família ao longo da história ocidental) e uma pluralização das referências simbólicas, coloca sobre o casal parental ou a família de origem a responsabilidade de transmitir às gerações futuras os elementos fundadores de sua constituição psíquica.

Siverns e Morgan (2019) publicaram estudo revelando que pais que sofreram traumas na infância experimentam maior dificuldade em vários aspectos da criação dos filhos e, também mães que sofreram traumas na infância são mais propensas a exibir padrões de envolvimento com conotação negativa com seus filhos, incluindo empatia reduzida e dificuldades em exercerem a maternagem.

Lebovici (1987) indica que os conflitos infantis dos pais determinam a natureza das identificações da criança e os sintomas apresentados pelo bebê têm a marca da problemática parental.

O pensamento freudiano ressaltou o caráter estruturante das relações familiares para o psiquismo da criança, cuja saúde mental é referenciada, essencialmente, pelos contatos com pessoas que lhes foram significativas, em fases primitivas e arcaicas do seu desenvolvimento. E no campo da Psicologia e da Psicanálise, muito se conhece sobre a importância da mãe no desenvolvimento afetivo-emocional do bebê.

Além de Freud ([1924] 1976), psicanalistas como Klein (1975), Bowlby (1981), Mahler (1982), Spitz (1987), Winnicott (1989), dentre outros, já fizeram referência a este vínculo primitivo tão relevante para o desenvolvimento e necessidades de segurança do bebê. No entanto, a função paterna tem também reconhecida participação neste processo, primeiramente no suporte afetivo à mãe e, posteriormente como elemento fundamental na aquisição da identidade sexual e dos papéis masculino ou feminino que o filho ou filha desempenharão na vida adulta.

Dor (2011) afirma que a função paterna institui e regula a dimensão do complexo de Édipo, constituindo-se um epicentro crucial na estruturação psíquica do sujeito. O falo, unidade significativa do real da diferença dos sexos, aparece como o centro de gravidade da função paterna, que vai permitir a um Pai real chegar a assumir sua representação simbólica. Explica o psicanalista que a instância do Pai simbólico é a referência à Lei da proibição do incesto, a qual é, portanto, prevalente sobre todas as regras concretas que legalizam as relações e trocas entre os sujeitos de uma mesma comunidade.

A necessidade da figura paterna ganha contornos no processo de desenvolvimento de acordo com a etapa da infância, desde a organização genital precoce por volta dos seis meses de idade do bebê, até a maturação genital que ocorre na adolescência (GOMES; REZENDE, 2004).

A função paterna, o nome-do-pai, é o princípio ordenador que preserva o desejo da mãe para com o pai, separa a criança do desejo da mãe, institui a diferença sexual e lhe concede acesso ao desejo próprio (CHECCHINATO, 2007).

Freud ([1923-1925] 2011) faz importante registro para o fato do relacionamento afetivo da criança com ambos os pais e, sobretudo com o pai, ser da maior importância para o conteúdo de uma neurose futura.

Apesar de ainda ser considerada estrutura base da sociedade, a família passou por transformações, chegando nos tempos modernos com um declínio da autoridade paterna. Nos tempos atuais, a sociedade encontra-se alicerçada na ausência da figura do pai como instância de proteção para o sujeito.

A psicologia do desenvolvimento e outras áreas correlatas enfatizam as consequências positivas e/ou negativas da função parental, podendo alicerçar a saúde mental ou, ao contrário, provocar danos na estrutura psíquica dos filhos. Tãut et al (2021) referem prejuízos na saúde mental infantil devido às más práticas parentais, exposição à violência e comportamentos de risco, que impactam fortemente em problemas mentais e comportamentais nas crianças. Estes autores alertam que as adversidades afetam mais as famílias que vivem em ambientes desfavorecidos e países de baixa e média renda do que em países de alta renda.

Na mesma linha de pensamento, Anis et al (2022), analisam que a exposição das crianças ao estresse tóxico, como por exemplo, doença depressiva dos pais, violência doméstica, condição de pobreza, prediz problemas de desenvolvimento e de saúde física, resultando também em sobrecarga no sistema de saúde.

A família é percebida também por Bleger (1985), como a interiorização de padrões relacionais, com base na qual o indivíduo evolui, ideia que é apoiada por Richter (1990), quando assinala que uma pessoa adoecida psiquicamente não conseguirá melhorar se sua família estiver com sérios distúrbios emocionais, configurando-se num palco onde seus membros encenam, mobilizados por conteúdos emocionais específicos, seus dramas cotidianos.

Checchinato (2007), cita Maud Mannoni, autora de destaque no movimento psicanalítico lacaniano, que busca com persistência no mito familiar, a origem, a causa dos problemas psíquicos dos sujeitos humanos, sobretudo das crianças. Em concordância com Freud, vai concentrar o conceito de subjetividade e de “doença” na trama do mito familiar, isto é, na articulação do Complexo de Édipo. Em consequência dessa relação, a proposição central de sua obra é: a criança (o paciente) é sintoma dos

problemas dos pais. Daí, Meira (2004) enfatizar a importância da escuta clínica, que nos possibilita perceber a articulação crianças-pais-sintomas.

A Psicanálise, então, marca sua posição no campo de estudos sobre a parentalidade, oferecendo seu dizer e seu saber sobre o exercício das funções parentais para entender a constituição do sujeito na família e para além do universo pai-mãe-bebê, bem como na compreensão das ingerências da criação de crianças e dos sintomas que podem surgir.

5 INTERVENÇÕES DA PSICANÁLISE

São os pais que ao conceberem e educarem um filho, vão inculcar nele a Lei. Checchinato (2007) diz que a Lei decorre da função paterna que introduz a criança na castração da mãe, retirando-a da ordem da natureza e introduzindo-a na ordem da cultura. A Lei consiste em tudo o que leva a pulsão de cada ser humano a se submeter à linguagem.

Assim, segundo este autor, a introdução do recém-nascido no ritmo circadiano, na regularidade da alimentação, nos cuidados de higiene, na assunção da imagem própria especular, é que dá uma primeira unidade aos membros despedaçados, no nome vivenciado como subjetividade, ou seja, na fala. A partir dessas experiências, temos a ordenação do real. Percepção também da criança para uma falta, uma falta-para-ser, que é o princípio estruturante do sujeito.

Portanto, cabe aos pais (e, na ausência ou omissão destes, aos educadores) oferecer a criança significantes que a insiram em sua subjetividade, na cultura, na convivência humana. A pulsão se mostra segundo o que lhe é apresentado, tendo a criança suas pulsões moldadas segundo a qualidade dos significantes da cotidianidade que a cerca e do ambiente onde convive.

Freud ([1929-1930] s/d), enfatizou que a civilização é fruto da repressão, e que a sublimação só existirá se a repressão for ordenada ou canalizada. Por isto, o destino da pulsão deve ser a sublimação, que se não transformada em obra, busca um caminho imprevisível para o corpo ou para a psique.

Checchinato (2007) ressalta que os significantes violentos, ofensivos, falhos de amor e/ou de ódio, rancor, mau-humor, desavença entre os pais, preconceitos ou o contrário, de respeito, benevolência, bem-querer, partilha e afeto, todos terão registros de maneira consequente na subjetividade da criança, que sofrerá seus efeitos nos mais diversos momentos da sua existência. Este filósofo, psicólogo e psicanalista lacaniano, descrevendo formas de intervenção para a constituição do sujeito, ainda discorre que os pais causam grande mal em seus filhos quando deixam-lhes “solta” a pulsão, fazendo-os mergulharem numa angústia existencial profunda. Como no caso de crianças agressivas, que agem sem impulso e controle, porque seus pais são simplesmente omissos. Neste sentido, lembro Ariés (2019), quando faz uso da expressão do idioma francês *enfant gâté* (criança mimada), aquela a quem se deixou viver de um modo libertino, sem correção ou controle.

Aberastury e Salas (1991) referenciam Freud, quando ao descobrir o complexo de Édipo, também postulou que os ensinamentos dos pais funcionam no indivíduo como uma consciência ou instância moral, a qual ele denominou Superego. Este Superego aparece muito precocemente como herdeiro da figura dos pais, repetindo a severidade da figura paterna. Estes autores narram que posteriormente, comprovou-se que a falta de normas, a fraqueza do pai, sua ausência real ou psicológica, traziam como resultado uma inflexibilidade doentia do Superego. Hoje, sabemos que a falta de limites, característica da conduta do pai *laissez-faire*, não gera uma imagem boa, fortalecida do pai mas, pelo contrário, uma imagem de abandono e solidão que traz como consequência uma exigência interna paralisante e atormentadora. É como se a criança continuasse procurando dentro de si os limites que o pai não soube exercer.

Lembramos que o pai ausente, é outro fato frequente, que obriga às vezes o filho a tomar seu papel como num processo de identificação. É comum, em casos de divórcio ou morte, por exemplo, a mãe levar o filho para sua cama. Este menino ou menina, sente que se lhe exige substituir o pai, ato que lhe é impossível, biológica e psicologicamente. O pai ausente obriga o filho a assumir precocemente os papéis que ele próprio não cumpre. Esta obrigação de assumir o papel paterno, acompanhada de uma eterna nostalgia da figura do pai, costuma aparecer na história de muitos homossexuais, os quais também estruturam a imagem do menino que, submetido à mãe, foge ante a ideia de formar um casal com uma mulher, atado a um destino que sente ser inexorável (ABERASTURY; SALAS, 1991).

Intervenções da Psicanálise defendem que os pais jamais devem abdicar dos filhos, mesmo os adolescentes, que tem uma necessidade natural de avançar ao máximo o limite da Lei, desafiando-a ou transgredindo-a e, o confronto direto não deve ser a saída. Não raro, os filhos não correspondem ao ideal de ego dos pais, mas estes pais, devem auxiliá-los para que a pulsão se humanize na sublimação. Esportes, música, arte, religião, estudos, leituras, sobretudo biografias de grandes personagens, amizades saudáveis, ecoturismo, experiências na natureza e práticas sustentáveis, engajamento em causas sociais e políticas, tem a oportunidade de orientar a força em ebulição, proporcionando vivências construtivas para a vida adulta.

Na esfera da sexualidade, é preciso respeitar o tempo da criança, possibilitando que ela viva plenamente a idade em que está. Erram os pais que não respeitam a criança como criança. Aqui, reputamos importante que os pais preservem sua própria privacidade conjugal, pois experiências precoces de erotização e banhos com filhos nunca são de bom alvitre. Promiscuidade ou permissividade entre a vida privada do casal e a vida dos filhos, impede que a criança tenha experiências do seu próprio viver (DOLTO, 1999).

Birman (2017) defenderá a alteridade como valor fundante do discurso ético. Infelizmente, hoje, silenciado e eclipsado na modernidade ocidental, mas fundamental na centralidade das práticas sociais. É fundamental que a criança seja acolhida na diferença e, que o respeito possa ensinar que a convivência sem o outro não é possível. O respeito, a partilha e a dimensão de reconhecimento deste outro situam a criança no universo, no meio-ambiente, na biodiversidade, nos ecossistemas. Esta ética é também uma Lei! É preciso ensinar a criança práticas solidárias, como dividir brinquedos, comida, espaços e, doar tudo aquilo que não lhe serve mais. A partilha sustenta o mundo, implanta solidariedade e possibilita a convivência com diferenças de toda ordem.

Neste sentido, para assegurar a saúde mental é imprescindível o bom desempenho das funções exercidas pelo pai e pela mãe, sem desconsiderar as condições históricas, socioeconômicas, políticas nas quais o homem se movimenta e, que proporcionarão ao filho, profilaxia de muitos transtornos mentais. Aqui, assinalamos de grande importância, a psicoterapia parental, como espaço de livre expressão e de reflexão, lugar para a elaboração das angústias, contribuindo para um melhor equilíbrio das questões sintomáticas das crianças e de seus responsáveis. Como defende

Prizskulnik (1995), uma valiosa ajuda para se re-situarem diante das dificuldades do filho e da própria vida.

A intervenção da Psicanálise, no sentido de promover a normalidade, reconhecerá que esta, antes de ser um conceito, é uma estrutura produzida pelo grau de castração. Quanto mais castrado um sujeito, menos neurótico ele será, menos sofrimento manifestará diante das provações da vida. Quanto mais castrado um sujeito, mais capacidade terá para transformar suas fraquezas em força criativa (sublimação) e, mais apto estará para enfrentar as adversidades da vida e o cumprimento dos seus deveres.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Psicanálise ressalta que o ser humano se constitui como sujeito em função de sua relação com o Complexo de Édipo. É preciso que a criança esteja e cresça sempre numa posição terceira, ocupando o ápice de uma relação triangular. A normalidade dessa relação depende da castração, propiciando uma renúncia do infante ao desejo de possuir o progenitor do sexo oposto, resultando, assim, numa normatização tranquilizadora à vivência dessa diferenciação sexual. A castração, a frustração e a privação obstaculizam a busca de satisfação pulsional por parte da criança, sendo processos estruturantes de sua subjetividade.

Checchinato (2007) refere que a castração, enquanto atividade simbólica que decorre da estrutura afixada por volta dos cinco anos de idade, propicia a tranquilidade psíquica para a criança encarar e suportar a frustração. Pais que não tenham desempenhado bem suas funções parentais e, conseqüentemente, que tenham sido falhos na questão edípica, serão responsáveis por uma criança birrenta, revoltada, reivindicativa, chorosa, agressiva, neurótica e infeliz. Como poderão tornar-se as

crianças sujeitos de desejos se a presença ou ausência dos pais não lhes instituírem a falta?

A Psicanálise tem a possibilidade de propiciar meios para criar filhos menos adoecidos ou neuróticos. A posição dos pais pode contribuir para um desenvolvimento de menor sofrimento para os filhos, porque garante e propicia uma escolha edípica normalizadora. A normalidade depende da castração e, a felicidade possível do ser humano está na razão direta da castração.

Desta forma, Lacan (1993), insiste na necessidade da família como sustentação da criança e da formação do homem. Os sintomas dos filhos, com certeza clínica, acabam sendo respostas aos desejos inconscientes dos pais. Daí, a necessidade imperiosa de escutar os pais quanto aos desejos que os sustentam ou não, que os mantém ou não como pais.

Aqueles que se ocupam das funções parentais são responsáveis pela necessária e contingente transmissão da falta estrutural para seus filhos. Pela falta da castração, a criança não assimilou o essencial para a sublimação: a renúncia, estando sujeita à pulsão solta, desenfreada, sem controle.

Muitos pais buscam ajuda de especialistas quando suas crianças (já crescidas!) manifestam dificuldades em tolerar frustrações e controlar impulsos, resultando em comportamentos agressivos e/ou disruptivos. Estes pais também são passivos para intervir no problema, às vezes, naturalizando estas condutas e, seguem na busca de diagnósticos que justifiquem estes comportamentos, muitas vezes originados de uma inadequada parentalidade. É fato que os filhos são sintomas dos pais, sendo a expressão sintomática da criança a configuração do mal-estar dos pais ou da conjugalidade destes.

Não podemos deixar de mencionar aqui, os inúmeros casos de violência ocorridos nos últimos tempos, em escolas do país. Casos extremos de comportamentos delinquentiais que vitimaram pessoas inocentes, dentre estas, também bebês e crianças.

Disciplina, respeito aos pais, professores e/ou outras figuras de autoridade estão cada vez mais ausentes nas novas gerações. A autoridade paterna segue abalada desde o fim do século passado. Que efeito terá sobre as gerações vindouras esse declínio ou fragilidade da função/imago paterna?!

Oliveira (2021), discorrendo em publicação anterior sobre os trágicos acontecimentos desses ataques nas escolas e, apoiando-se nas ideias do psicanalista

Donald Winnicott, busca respostas para as seguintes indagações: Como se configuraram os vínculos familiares dos sujeitos que cometem estes crimes? Como vivenciaram o desenvolvimento afetivo-emocional? Qual a qualidade da parentalidade nessas famílias?! Respostas certamente, entrelaçadas com a temática deste estudo.

Lembremo-nos de Freud e os três impossíveis: educar, governar e psicanalisar. No que se refere à educação das crianças há sempre um algo que escapa, um resto que insiste. A exigência dessa renúncia pulsional é bastante elucidativa dessa tarefa impossível: de um lado a criança repete e insiste e, de outro, pais e mães exigem e demandam.

O mal-estar na família transcende para um mal-estar na educação, que escancara a impotência dos pais diante da impossível ação de educar ou de uma transmissão familiar perfeita e sem restos. Há também na atualidade, uma cultura que investe na ilusão do gozo, prometendo objetos que tamponariam a falta.

Nos diferentes tipos de configurações familiares, de épocas ou de culturas e, muitas vezes, na impossibilidade desses pais sustentarem a função de semblante descrita por Lacan (1993), que é a dimensão simbólica que nos permite entrar no discurso e fazer laço social, torna-se necessário a intervenção dos especialistas, para lidar com este resto da ordem do impossível, da falta ou da perda necessária e incontornável para o sujeito.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parentalidade é um processo complexo, que inclui o reconhecimento da criança como depositária de um mandato transgeracional. Esta herança é transmitida à criança através dos cuidados parentais e das interações precoces pais-bebês, onde a criança adquire progressivamente sua estrutura psicológica e cultural.

Por isso, a relação entre parentalidade e saúde mental infantil, que em casos de experiências traumáticas podem ocasionar níveis de adoecimentos muito intensos. O sintoma da criança coloca-se, então, no lugar de responder aquilo que há de patógeno na estrutura familiar.

Nesta pesquisa, os nexos entre a parentalidade e a saúde mental da criança foram analisados com base na revisão narrativa e, as tessituras psicodinâmicas desenhadas no

âmbito das relações entre pais e filhos foram enfatizadas pelas ideias freudianas e de outros autores da Psicanálise.

Concluimos que a família estrutura o psiquismo da criança, a qual tem sua saúde mental alicerçada em épocas primitivas de sua evolução. A dimensão inconsciente da condição humana, na infância, é fundamentada na organização libidinal da prole, sendo que os papéis parentais são responsáveis por uma satisfatória vivência edípica e sua resolutividade.

Porém, reconhecemos que o suporte parental nem sempre é hígido, podendo configurar-se num laço de simbiose e aglutinação. Desvela, então, modos específicos de comunicação patológica, com sérios prejuízos para a integridade psíquica do ser humano. A maturidade emocional e sua inserção adequada na vida social dependem do acertado cuidado parental e, os relacionamentos efetivados entre a criança e seus pais instauram os tipos de vínculos ulteriores.

O sintoma da criança denuncia, então, as angústias e desejos inconscientes dos pais, no que tange ao filho. Denuncia também um estado resultante de como o sujeito foi concebido, gerado, alimentado e mantido em seu desenvolvimento psíquico. Dessa forma, a parentalidade favorece a saúde mental quando os pais educam o filho com afeto e fortalecem os vínculos que integram e destacam o valor do pertencimento, que baseia a construção da identidade humana.

Os tempos atuais, contudo, são desafiadores: esfacelam-se os potenciais interativos das pessoas, inclusive de pais e filhos. As diferentes configurações de famílias evidenciam falhas nesta transmissão familiar. Há evolução tecnológica e involução humana. Terceiriza-se a criação dos filhos com babás, avós, creches e escolas de tempo integral. Busca-se cada vez mais especialistas nas áreas da Pedagogia, Psicologia e Psiquiatria para resolverem os “sintomas” manifestados pelas crianças. Mas, os pais acabam sendo os verdadeiros e suficientes educadores dos filhos.

O tema tratado neste estudo tem importância científica e social e, ainda precisa ser mais discutido e analisado.

Crianças cada vez mais são trazidas para consultas com especialistas da área da Saúde Mental. Avaliadas, diagnosticadas, classificadas em códigos descritos nos manuais de nosografia psiquiátrica (que, no geral, evocam nos pais uma ferida narcísica, porque revelam a impossibilidade da realização do desejo sob a qual a criança foi

inscrita, gerando sentimentos de impotência, raiva, frustrações com relação a projetos existenciais, desejos e fantasias de continuidade e realização destes pais) e, por fim, medicadas!

O sintoma de uma criança nunca deve ser visto como um evento isolado. Independente da sua fragilidade psíquica, evidencia a expressão de conflitos psicoafetivos reativos a falhas ambientais e a funções parentais. Denunciam problemáticas mal resolvidas dos pais, sendo porta-vozes daquilo que deve permanecer sombra, porque a produção sintomática se dá em territórios, muitas vezes, insuportáveis para os próprios pais.

Por isso, o olhar psicanalítico para a temática apresentada. A Psicanálise, enquanto abordagem interpretativa e compreensiva, tendo a função de transformar o sofrimento psíquico (considerado aqui como manifestação sintomática das crianças e também de seus pais), dando sentido às experiências emocionais.

Como afirma o psiquiatra e psicoterapeuta Birman (2017), seu saber e sua forma de tratamento, diferindo da lógica médica e da medicalização da vida cotidiana, tem a finalidade não de calar ou amenizar sintomas, mas de transformar os sujeitos, resgatá-los da condição de adoecimento e, desta maneira, possibilitar modos de funcionamento mais saudáveis e felizes, aonde quer que estejam inseridos, especialmente, nos núcleos familiares.

Esperamos, de fato, que os pais possam ser capazes de propiciar afetos estruturantes nos filhos, que repercutirão em existências mais plenas e felizes, apresentando-se como semblantes e contribuindo para inserí-los na ordem humana e na cultura.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; SALAS, E. J. **A paternidade: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

ANIS, L. *et al.* Study protocol for Attachment & Child Health (ATTACH™) program: promoting vulnerable Children's health at scale. **BMC Pediatr.** 2022 Aug 19;22(1):491. doi: 10.1186/s12887-022-03439-3. PMID: 35986306; PMCID: PMC9388995.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BLEGER, J. **Simbiose e ambiguidade**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

CHECCHINATO, D. **Psicanálise de pais: criança sintoma dos pais**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007.

COSTA, T. **Psicanálise com crianças**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

- DOLTO, F. **As etapas decisivas da infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MARTINS FILHO, J. **A criança terceirizada: os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- MEIRA, Y. M. **As estruturas clínicas e a criança**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- FREUD, S. (1924/1976). **Sobre o narcisismo, uma introdução**. Edição Standard Brasileira. Tradução do original alemão por Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XIV.
- FREUD, S. (1923-1925) **As pulsões e seus destinos**. 7. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- GOLSE, B. Depressão do bebê, depressão da mãe: conceito de Psiquiatria Neonatal. In: **Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê**. Brasília: L.G.E. Editora, 2002.
- GOMES, H. S. R. **Um estudo sobre o significado da família**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: 1987.
- KLEIN, M. **Psicanálise da criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1975.
- LACAN, J. **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- LACAN, J. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LEBOVICI, S. **O bebê, a mãe e o psicanalista**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MAHLER, M. **O processo de separação-individuação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- OLIVEIRA, H. C. **O grupo como estratégia de sobrevivência para crianças da favela**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.
- OLIVEIRA, Y. C. Capacidade protetiva dos genitores: fatores de risco e/ou proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. **Revista Interagir**, Fortaleza, ano XVI, n. 101, p. 64-67, jan./fev./mar. 2018.
- OLIVEIRA, Y. C. Tudo começa em casa. **Revista Interagir, Fortaleza**, ano XVI, n. 114, p. 37-38, jul./ago./set., 2021.
- PEREIRA, M.G. **Artigos científicos: como redigir, publicar, avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- PICCNINI, C. A. & Alvarenga, P. **Maternidade e paternidade: a parentalidade em diferentes contextos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- PRIORE, M.D. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- PRISZKULNIK, L. A criança e a psicanálise: o lugar dos pais no atendimento infantil. **Instituto de Psicologia USP**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 95-102, 1995.

- RITCHER, H.E. **A família como paciente**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SCORSOLINI-COMIN, F. **Projeto de pesquisa em Ciências da Saúde: guia prático para estudantes**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- SIVERNIS, K.; MORGAN, G. Parenting in context of historical childhood trauma: an interpretive meta-synthesis. **Child Abuse Negl.** v. 98. 104186, 2019.
- SPITZ, R. **O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- STERN, D. **A constelação da maternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- TÃUT, D. *et al.* Prevenção de problemas de saúde mental infantil por meio de intervenções parentais no sudeste da Europa (RISE): protocolo de estudo para um estudo controlado randomizado em vários locais. *Julgamentos* 22, 960 (2021). <https://doi.org/10.1186/s13063-021-05817-1>
- TEPERMAN, D.; GARRAFA, T; IACONELLI, V. **Parentalidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- TURATO, E. R. **Tratado da metodologia clínico-qualitativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- VIEIRA, G. **Winnicott e o narcisismo primário: da dependência rumo à independência**. Curitiba: Juruá, 2020.
- VILHENA, J; SOUZA, A. C. B.; UZIEL, A. P.; ZAMORA, M. H.; NOVAES, J. V. Que família? Provocações a partir da homoparentalidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 11, n. 4, p. 1-13, 2011.
- WINNICOTT, D. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WINNICOTT, D. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- ZORNING, S. M. A.J. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 42.2, p. 453-470, 2010.